



**DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

*[assinado eletronicamente]*  
**AFFONSO CÂNDIDO**  
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.jf-parana.ro.gov.br](http://eproc.jf-parana.ro.gov.br), informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

---

Docto ID: 2613313 v1

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90068/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº N° 1-7248/2026 – AMT**

**OBJETO:** Aquisição de tintas viárias à base de resina acrílica emulsionada em água, nas cores branca, amarela, azul, preta e vermelha, bem como de microesferas de vidro do tipo Drop On, destinadas à execução e manutenção da sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO, a ser realizada pela equipe própria da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/07/2026 às 9h:30min (horário de Brasília)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PARTICIPAÇÃO:**

- Os itens 1, 3 e 7 será destinado a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Os itens 2, 4 e 8 são **COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.
- Os itens 5, 6 e 9 são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 728.227,00 (Setecentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e sete reais)

**FONTE DE RECURSOS:**

Ficha Orçamentária

- Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 Ficha: **1418**, 0.1.501.1.501.0-021 001 - MATERIAL DE CONSUMO
- Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 -Ficha: **1419**, 0.1.752.1.752.0-021 002 - MATERIAL DE CONSUMO

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

**1.1.** Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, garantias, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no **Anexo I - Termo de Referência**.

**Demais informações e esclarecimentos:** SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br)

**Ji-Paraná-RO, 16 de junho de 2026.**

**Editais Elaborados por:**

*[assinado eletronicamente]*

**Danielly Melo De Souza**

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**Responsável pela licitação:**

*[assinado eletronicamente]*

**Sônia Regina da Silva**

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90068/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**PARTICIPAÇÃO: MISTA**

A **Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia**, por meio da **Superintendência de Compras e Licitações**, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal nº 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02 de julho de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL (endereço eletrônico):** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG: 980005**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-7248/2026 – AMT**

**1. DO OBJETO**

**1.1. Aquisição de tintas viárias à base de resina acrílica emulsionada em água, nas cores branca, amarela, azul, preta e vermelha, bem como de microesferas de vidro do tipo Drop On, destinadas à execução e manutenção da sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO, a ser realizada pela equipe própria da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT.**

**1.2. A licitação será realizada em 09 (nove) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.**

- Os itens 1, 3 e 7 será destinado a AMPLA PARTICIPAÇÃO.**
- Os itens 2, 4 e 8 são COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.**
- Os itens 5, 6 e 9 são destinados à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**

**2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.**

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

**3.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre

os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

**3.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. VALOR TOTAL DO ITEM;**  
**4.1.2. Marca;**  
**4.1.3. Fabricante;**  
**4.1.4. Quantidade.**
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**  
**4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.**
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.**
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.**  
**4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**  
**4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;**
- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.**
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.**
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.**
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.**
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item**

- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por

cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**5.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**5.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

**5.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

**5.18.** Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2.** empresas brasileiras;

**5.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. Na hipótese da proposta do primeiro colocado **estiver acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o pregoeiro solicitará manifestação quanto à possibilidade negociar os preços.

**5.22.1.** **Caso a licitante, ao ser convocada, não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM, ou não aceite negociar o valor acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante.**

**5.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

**6.1.5.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens** Erro! Fonte de referência não encontrada. **e 3.6 deste edital.**

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6.** **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

**6.6.1.** contiver vícios insanáveis;

**6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.** No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**. (I.N. SEGES/ME Nº 73/2022)
- 6.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.8.3.** No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.** **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

**6.13.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

7.12. **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**



PREFEITURA DE  
**Ji-Paraná**

**SUPECOL**

Superintendência de  
Compras e Licitações

7.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

**7.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de até 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento das peças.

**8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br) - Portal da Transparência.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.1.5.** fraudar a licitação

**9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** advertência;

**9.2.2.** multa;

**9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

- 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.**

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br) e confirmado através do telefone/whatsapp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

### **11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;**

- 11.11.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 11.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);
- 11.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;
  - 11.11.3.1. Anexo III-A - Modelo de Declaração;
  - 11.11.3.2. ANEXO IV – Modelo de contrato.

## **12. DO FORO**

**12.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

**Ji-Paraná-RO, 16 de junho de 2026.**

**Edital Elaborado por:**

*[assinado eletronicamente]*

**Danielly Melo De Souza**

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**Responsável pela licitação:**

*[assinado eletronicamente]*

**Sônia Regina da Silva**

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

## TERMO DE REFERÊNCIA - TR

**Processo Administrativo:** 1-7248/2026

**Órgão Demandante:** Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Ji-Paraná AMT

**Objeto:** Aquisição de tintas destinadas à execução e manutenção da sinalização viária horizontal no município, para atendimento das demandas do exercício de 2026.

### 1. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer, de forma detalhada, os elementos técnicos, operacionais, orçamentários e jurídicos necessários à adequada instrução do procedimento licitatório destinado à contratação pretendida, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Este documento integra a fase de planejamento da contratação pública, constituindo peça essencial para a definição do objeto, critérios de seleção da proposta mais vantajosa, condições de execução e parâmetros de gestão e fiscalização contratual, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público.

A contratação será regida pela legislação vigente aplicável à matéria, especialmente:

- o Código de Trânsito Brasileiro, no que se refere às diretrizes de sinalização viária e segurança no trânsito;
- as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, aplicáveis à padronização da sinalização horizontal;
- as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial:
  - NBR 13699 Tintas para sinalização horizontal viária;
  - NBR 15494-1 Sinalização horizontal viária;
  - NBR 16184 Microesferas de vidro para sinalização viária;
- as normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como regulamentos, instruções normativas federais aplicáveis (como a IN SEGES nº 65/2021, ou norma superveniente);
- a legislação municipal vigente e demais disposições correlatas aplicáveis à Administração Pública.

Ressalta-se que todos os procedimentos decorrentes deste Termo de Referência deverão observar rigorosamente os preceitos legais e normativos acima mencionados, garantindo a regularidade do processo licitatório, a adequada execução contratual e a plena satisfação do interesse público.

### 2. DO OBJETO E OBJETIVO

#### 2.1. Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de tintas viárias à base de resina acrílica emulsionada em água**, nas cores branca, amarela, azul, preta e vermelha, bem como de **microesferas de vidro do tipo Drop On**, destinadas à execução e manutenção da sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO, a ser realizada pela equipe própria da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT.

Os materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assegurando desempenho, durabilidade e adequada visibilidade da sinalização viária.

O prazo de vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogado por iguais e sucessivos períodos**, desde que devidamente justificado pela Administração e demonstrada a vantajosidade da manutenção da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A eventual prorrogação contratual deverá observar, cumulativamente:

- a demonstração da vantajosidade para a Administração Pública;
- a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas da contratada;
- a existência de dotação orçamentária suficiente para a cobertura das despesas;
- a permanência do interesse público e da necessidade administrativa.

Ressalta-se que, tratando-se de fornecimento de bens com entregas parceladas, a execução ocorrerá ao longo de toda a vigência contratual, conforme as demandas da AMT, respeitadas as condições, quantidades e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

## 2.2. Objetivo

A presente contratação tem por objetivo promover o restabelecimento, a manutenção e a padronização da sinalização viária horizontal no Município de Ji-Paraná, assegurando condições adequadas de segurança, orientação e fluidez no trânsito urbano.

De forma específica, busca-se:

- garantir maior **segurança viária** para condutores, ciclistas e pedestres;
- promover a adequada **organização e disciplinamento do fluxo de veículos**;
- assegurar a **conformidade com as normas técnicas e legais vigentes**, especialmente as relacionadas à sinalização horizontal;
- reduzir os índices de **acidentes de trânsito**, por meio da melhoria da visibilidade e compreensão das regras de circulação;
- viabilizar a **recomposição da sinalização afetada pelas obras de infraestrutura urbana**, especialmente as intervenções de saneamento básico;
- proporcionar maior **eficiência na gestão da mobilidade urbana**, com atuação direta da equipe técnica da AMT.

Dessa forma, a contratação contribui diretamente para a promoção do interesse público, a melhoria da infraestrutura viária e a elevação dos padrões de segurança no trânsito municipal.

## 2.3. Estimativa das quantidades a serem contratadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.
1	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Branca</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	1000
2	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: amarelo</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	200
3	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Azul</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	100
4	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Preta</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	200
5	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Vermelha</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	100
6	Microesfera de Vidro "Drop On" - Tipo II-A As microesferas deverão atender a NBR 16.184:2013 Sinalização horizontal viária - Esferas e microesferas de vidro - Requisitos e métodos de ensaio; possuir rendimento aproximado de 400 a 500 g/m <sup>2</sup> ; utilizando a unidade de acondicionamento em saco de 25kg para o fornecimento.	KG	2500

## 2.4. Das estimativas de valores

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Branca</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	1000	R\$ 350,00	R\$ 350.000,00
2	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: amarelo</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	200	R\$ 360,00	R\$ 72.000,00
3	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Azul</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	100	R\$ 360,00	R\$ 36.000,00
4	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Preta</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	200	R\$ 360,00	R\$ 72.000,00
5	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Vermelha</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência	LAT	100	R\$ 360,00	R\$ 36.000,00

	a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal				
6	Microesfera de Vidro "Drop On" - Tipo II-A As microesferas deverão atender a NBR 16.184:2013 Sinalização horizontal viária - Esferas e microesferas de vidro - Requisitos e métodos de ensaio; possuir rendimento aproximado de 400 a 500 g/m <sup>2</sup> ; utilizando a unidade de acondicionamento em saco de 25kg para o fornecimento.	KG	2500	R\$ 12,10	R\$ 30.250,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 596.250,00</b>

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS OBJETOS

Os bens objeto da presente contratação são classificados como **bens comuns**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de especificação clara e usual no mercado.

Trata-se de produtos amplamente comercializados, cujas características técnicas podem ser descritas de forma precisa por meio de especificações usuais, normas técnicas e critérios objetivos de aceitação, não demandando soluções customizadas ou de natureza predominantemente intelectual.

Dessa forma, a classificação como bens comuns permite a adoção de procedimento licitatório mais célere e competitivo, especialmente na modalidade pregão, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

### 4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade contínua de recomposição, manutenção e implantação da sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO, tendo em vista os impactos decorrentes das recentes obras de infraestrutura urbana, especialmente aquelas relacionadas à implantação da rede de saneamento básico.

As intervenções realizadas na malha viária, com abertura de valas, cortes no pavimento e tráfego intenso de maquinário pesado, ocasionaram a remoção total ou parcial da sinalização horizontal existente, comprometendo significativamente a visibilidade das demarcações viárias e a organização do tráfego.

A ausência ou deterioração da sinalização horizontal resulta em consequências diretas e relevantes para o interesse público, tais como:

- aumento do risco de acidentes de trânsito, especialmente em áreas de grande circulação;
- comprometimento da fluidez e da organização do tráfego urbano;
- prejuízos à segurança de condutores, ciclistas e pedestres;
- dificuldade na orientação e no cumprimento das regras de circulação viária.

Nesse contexto, a recomposição da sinalização viária apresenta-se como medida indispensável para o restabelecimento das condições adequadas de segurança e mobilidade urbana, em conformidade com as diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro e normas técnicas aplicáveis.

Quanto à solução adotada, optou-se pela **aquisição dos materiais necessários (tintas viárias e insumos correlatos), com execução dos serviços pela equipe própria da Autarquia Municipal de Trânsito e**

**Transportes AMT**, em razão de sua comprovada viabilidade técnica e vantajosidade econômica.

Tal modelo de contratação proporciona:

- **economicidade**, ao evitar custos adicionais com terceirização de serviços;
- **eficiência operacional**, permitindo maior agilidade na execução e priorização das demandas;
- **controle técnico direto**, assegurando maior qualidade na aplicação e padronização da sinalização;
- **flexibilidade na gestão**, possibilitando ajustes conforme a evolução das intervenções urbanas e necessidades locais;
- **continuidade dos serviços públicos**, garantindo resposta rápida às demandas emergenciais e rotineiras.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se plenamente justificada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e de interesse público, sendo essencial para a promoção da segurança viária e da adequada organização do trânsito no Município de Ji-Paraná.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta para atendimento da demanda consiste na **aquisição parcelada de materiais destinados à sinalização viária horizontal**, compreendendo tintas viárias à base de resina acrílica emulsionada em água, em diversas cores, bem como microesferas de vidro refletivas do tipo drop on, a serem utilizadas na demarcação das vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO.

Os materiais adquiridos serão empregados na execução de sinalização horizontal, incluindo, mas não se limitando a:

- faixas de pedestres;
- linhas de divisão de fluxo (simples e contínuas);
- faixas de retenção;
- marcações de canalização;
- áreas de estacionamento;
- símbolos, legendas e demais dispositivos de sinalização regulamentar e de advertência.

A execução dos serviços de pintura será realizada **pela equipe técnica própria da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes AMT**, que dispõe de servidores capacitados e equipamentos adequados para a aplicação dos materiais, garantindo qualidade e conformidade com as normas técnicas vigentes.

O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma **parcelada**, conforme demanda da Administração, considerando o planejamento operacional da AMT e a necessidade de recomposição gradual da sinalização viária, especialmente em razão das intervenções decorrentes das obras de saneamento básico no município.

A aplicação dos materiais seguirá **planejamento técnico previamente definido**, observando critérios de prioridade, tais como:

- vias com maior fluxo de veículos;
- áreas escolares;

- unidades de saúde;
- cruzamentos e pontos críticos;
- regiões comerciais e de grande circulação.

A solução adotada permite maior controle sobre a execução dos serviços, otimização dos recursos públicos e maior flexibilidade na gestão das atividades de sinalização, assegurando eficiência, economicidade e atendimento adequado às necessidades da Administração Pública.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da presente contratação foram definidos com base nas necessidades operacionais da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT, visando assegurar o fornecimento de materiais adequados à execução dos serviços de sinalização viária horizontal no Município de Ji-Paraná/RO, observando critérios de qualidade, durabilidade, segurança, desempenho e conformidade com a legislação vigente.

### **a) Requisitos Técnicos dos Materiais**

Os materiais a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- Código de Trânsito Brasileiro CTB (Lei Federal nº 9.503/1997);
- Resoluções vigentes do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN;
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT aplicáveis à sinalização viária horizontal;
- Especificações técnicas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT, quando aplicáveis;
- Demais normas técnicas e regulamentações pertinentes ao objeto.

As tintas viárias deverão apresentar características adequadas de aderência, secagem rápida, resistência à abrasão, resistência às intempéries, durabilidade e desempenho compatíveis com a utilização em vias urbanas de tráfego contínuo.

As microesferas de vidro refletivas deverão possuir granulometria e índice de retrorrefletividade compatíveis com os padrões exigidos para sinalização horizontal, proporcionando adequada visibilidade diurna e noturna aos usuários das vias.

### **b) Requisitos de Qualidade e Conformidade**

Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e entregues em perfeitas condições de utilização.

A Administração poderá exigir, quando necessário, a apresentação de:

- fichas técnicas dos produtos;
- catálogos do fabricante;
- laudos laboratoriais;
- certificados de qualidade;
- certificados de conformidade;

- declarações do fabricante;
- demais documentos que comprovem o atendimento às especificações técnicas exigidas.

Não serão aceitos materiais reconicionados, reutilizados, adulterados ou que apresentem indícios de deterioração, alteração de características originais ou prazo de validade incompatível com sua utilização.

### **c) Requisitos de Sustentabilidade**

A contratada deverá observar, sempre que aplicável, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

Os produtos fornecidos deverão possuir composição compatível com as exigências ambientais aplicáveis ao setor, devendo o fabricante adotar processos produtivos que minimizem impactos ambientais.

As embalagens deverão possibilitar adequado armazenamento, transporte e destinação final, observando-se as normas ambientais vigentes.

### **d) Requisitos de Habilitação da Contratada**

A futura contratada deverá comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como atender às exigências de qualificação técnica estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A empresa deverá possuir atividade econômica compatível com o objeto licitado e estar apta a fornecer os materiais nas condições e prazos estabelecidos pela Administração.

### **e) Requisitos de Entrega**

Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada ou integral, conforme necessidade da Administração e emissão de Ordem de Fornecimento.

A entrega deverá ocorrer em local indicado pela AMT, no Município de Ji-Paraná/RO, durante o horário de expediente, acompanhada da respectiva Nota Fiscal e demais documentos exigidos.

Todos os custos relacionados a transporte, frete, carga, descarga, seguros, tributos, embalagens e demais despesas necessárias ao fornecimento serão de inteira responsabilidade da contratada.

### **f) Requisitos de Garantia**

A contratada deverá garantir a qualidade dos materiais fornecidos durante todo o prazo de validade do produto.

Caso sejam identificados defeitos, vícios, irregularidades ou desconformidades com as especificações técnicas exigidas, a contratada deverá promover a substituição dos materiais, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual.

### **g) Requisitos para Recebimento**

O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas:

- Recebimento provisório, mediante conferência quantitativa dos produtos entregues;
- Recebimento definitivo, após verificação da conformidade técnica, qualidade, especificações e condições de utilização dos materiais.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos de fabricação ou irregularidades constatadas posteriormente.

#### **h) Requisitos da Execução Contratual**

A contratação será formalizada mediante instrumento contratual ou documento equivalente, conforme previsto na legislação vigente.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas, a conformidade dos materiais fornecidos e a observância dos prazos estabelecidos.

Dessa forma, os requisitos definidos buscam assegurar a aquisição de materiais com padrões adequados de qualidade e desempenho, garantindo a eficiência da sinalização viária horizontal, a segurança dos usuários das vias públicas e a adequada aplicação dos recursos públicos.

### **7. DO RECEBIMENTO**

O recebimento dos materiais objeto da presente contratação ocorrerá em duas etapas, em conformidade com as boas práticas administrativas e com a Lei nº 14.133/2021:

#### **7.1. Recebimento Provisório**

O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, por servidor ou comissão designada, mediante:

- conferência quantitativa dos materiais entregues, conforme nota fiscal e ordem de fornecimento;
- verificação das condições gerais de acondicionamento, integridade das embalagens e identificação dos produtos;
- conferência da documentação obrigatória, incluindo fichas técnicas e certificados, quando aplicável.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos materiais.

#### **7.2. Recebimento Definitivo**

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade dos materiais com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo:

- análise das características técnicas dos produtos;
- verificação do atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- eventual realização de testes, inspeções ou validações técnicas, quando necessário;
- avaliação da qualidade, desempenho e adequação ao uso pretendido.

O prazo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório.

### 7.3. Recusa e Substituição

Os materiais que apresentarem desconformidade com as especificações técnicas, vícios de qualidade, defeitos, ou quaisquer irregularidades serão **recusados total ou parcialmente**, devendo a contratada:

- proceder à substituição no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sem ônus para a Administração;
- arcar com todos os custos decorrentes da substituição, incluindo transporte e eventuais perdas.

## 8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes AMT, devidamente previstas no orçamento vigente e compatíveis com o Plano de Contratações Anual, em observância às normas de responsabilidade fiscal e planejamento público.

### Ficha Orçamentária

- Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 Ficha: **1418**, 0.1.501.1.501.0-021 001 - MATERIAL DE CONSUMO
- Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 -Ficha: **1419**, 0.1.752.1.752.0-021 002 - MATERIAL DE CONSUMO

Ressalta-se que a contratação somente será formalizada após a devida **reserva orçamentária (empenho)**, garantindo a existência de crédito suficiente para cobertura da despesa, nos termos da legislação vigente.

Caso necessário, poderão ser utilizadas dotações complementares, observadas as disposições legais e orçamentárias aplicáveis.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á por meio de fornecimento parcelado dos materiais, conforme as necessidades operacionais da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes AMT, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### 9.1. Forma de Fornecimento

O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de requisições formais pela AMT, de acordo com o planejamento de execução da sinalização viária e a disponibilidade de estoque.

## 9.2. Prazo de Entrega

A contratada deverá realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, podendo ser estabelecidos prazos inferiores conforme a urgência da demanda.

## 9.3. Local de Entrega

Os materiais deverão ser entregues no **Almoxarifado da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes AMT**, localizado na Av. Ji-Paraná, nº 615 Urupá Ji-Paraná), entre às 07h30min e 13h30min, de segunda à sexta-feira).

## 9.4. Condições de Entrega

A entrega deverá observar:

- adequado acondicionamento e transporte dos materiais;
- integridade das embalagens;
- identificação clara dos produtos;
- acompanhamento de nota fiscal e documentação técnica pertinente;
- conformidade com as especificações técnicas exigidas.

## 9.5. Execução dos Serviços

A aplicação dos materiais (pintura viária) será realizada **exclusivamente pela equipe própria da AMT**, a qual dispõe de recursos humanos capacitados e equipamentos adequados, conforme planejamento técnico previamente estabelecido.

A execução seguirá critérios de prioridade definidos pela Administração, especialmente em:

- vias de maior fluxo;
- áreas escolares e hospitalares;
- cruzamentos e pontos críticos;
- regiões comerciais e de grande circulação.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato decorrente deste Termo de Referência serão realizadas por **servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes o acompanhamento sistemático da execução contratual, com vistas a assegurar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

A gestão contratual compreenderá a atuação integrada entre o gestor e o fiscal do contrato, observando as seguintes atribuições:

### 10.1. Acompanhamento e Controle da Execução

- monitorar o cumprimento das condições contratuais estabelecidas;

- acompanhar os prazos de entrega e execução;
- verificar a aderência dos materiais às especificações técnicas;
- garantir a regularidade do fornecimento.

#### 10.2. Controle de Entregas e Qualidade

- conferir quantitativa e qualitativamente os materiais fornecidos;
- atestar o recebimento provisório e definitivo;
- registrar eventuais inconformidades;
- solicitar substituição de produtos em desacordo.

#### 10.3. Gestão de Ocorrências

- registrar, formalmente, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- comunicar irregularidades à autoridade competente;
- adotar providências para correção de falhas.

#### 10.4. Aplicação de Penalidades

- propor a aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual;
- instruir processos administrativos sancionadores, quando necessário.

#### 10.5. Comunicação e Relatórios

- manter comunicação formal com a contratada;
- elaborar relatórios periódicos de acompanhamento;
- subsidiar decisões administrativas relacionadas ao contrato.

### 11. PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

A equipe responsável pelo planejamento da contratação será **formalmente designada por meio de Portaria expedida pela autoridade competente**, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando a segregação de funções e a adequada condução das etapas preparatórias do processo licitatório.

A Portaria deverá indicar, no mínimo, os seguintes agentes públicos:

- **Agente de contratação**, responsável pela condução do procedimento licitatório;
- **Equipe de apoio**, composta por servidores com atribuições auxiliares no processamento da licitação;
- **Equipe técnica ou requisitante**, responsável pela elaboração dos estudos técnicos, especificações do objeto e apoio na análise das propostas;
- **Fiscal e gestor do contrato**, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e gestão da execução contratual.

A designação deverá observar critérios de competência técnica, experiência e compatibilidade com as atribuições a serem desempenhadas, garantindo maior eficiência, controle e segurança jurídica ao processo de contratação.

A Portaria integrará os autos do processo administrativo, constituindo documento essencial para a regular instrução da fase preparatória da licitação.

## 12. DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA DFD

O Documento de Formalização da Demanda DFD constitui peça integrante e indispensável ao processo administrativo de contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo responsável por evidenciar a necessidade da Administração e subsidiar a fase de planejamento da contratação.

O DFD contempla, no mínimo:

- a **justificativa da necessidade da contratação**, com demonstração do interesse público envolvido;
- o **alinhamento ao Plano de Contratações Anual (PCA)**, evidenciando a compatibilidade com o planejamento institucional;
- a **descrição preliminar do objeto**, com indicação das soluções pretendidas;
- a identificação da unidade requisitante e das condições iniciais da demanda.

Para a presente contratação, integram os autos os seguintes documentos de formalização de demanda:

- DFD - Formalização de Demanda 1950 de 23/04/2026 (ID 2622235)

Referidos documentos consolidam a necessidade administrativa ora tratada, conferindo suporte técnico e justificativa formal para a continuidade do processo licitatório.

## 13. ESTIMATIVA DO PREÇO

O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 596.250,00 (quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta reais)**, apurado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentações aplicáveis e demais normas pertinentes à formação de preços nas contratações públicas.

Para subsidiar os estudos técnicos preliminares e termo de referência e demonstrar a viabilidade da contratação, foi utilizada a **Cotação de Referência datada de 02/04/2026 (ID 2575011)**, por meio da qual foram obtidos valores praticados no mercado para o fornecimento de tintas viárias acrílicas e microesferas de vidro refletivas. As informações coletadas serviram como parâmetro inicial para análise da solução proposta e dimensionamento dos custos envolvidos.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada considerando:

- os quantitativos definidos nos estudos técnicos e nas necessidades operacionais da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT;
- as especificações técnicas dos materiais destinados à execução da sinalização viária horizontal;
- os preços praticados no mercado para fornecimento de tintas viárias e microesferas de vidro refletivas;
- a compatibilidade entre os valores estimados e as condições de fornecimento exigidas pela Administração;

- os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a Cotação de Referência (ID 2575011) foi utilizada como instrumento de apoio aos estudos preliminares da contratação, sendo complementada pela pesquisa de preços formal que integra a fase preparatória do procedimento licitatório, observando os critérios e parâmetros legalmente estabelecidos para definição do valor estimado da contratação.

Os valores apresentados possuem caráter estimativo e destinam-se exclusivamente ao planejamento da contratação e à verificação da disponibilidade orçamentária, podendo os valores efetivamente contratados variar em função das propostas apresentadas no certame, assegurando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

As propostas de preços deverão ser apresentadas em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, observando, no mínimo, os seguintes requisitos:

- conter **preço unitário e total por item**, expressos em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais;
- incluir **todos os custos diretos e indiretos**, tais como tributos, encargos sociais, despesas com transporte, seguro, embalagem, carga e descarga, bem como quaisquer outros necessários ao pleno fornecimento do objeto;
- estar em **conformidade com as especificações técnicas** estabelecidas neste Termo de Referência;
- apresentar **validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação;
- ser elaborada de forma clara, objetiva e sem rasuras, contendo identificação do licitante e assinatura do responsável legal, quando exigido.

Não serão admitidas propostas com valores inexequíveis, simbólicos ou que não atendam às condições estabelecidas, podendo a Administração realizar diligências para aferir a viabilidade dos preços ofertados.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital da licitação.

## 15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência.

### 15.1. Modalidade

A modalidade adotada será o **Pregão Eletrônico**, a ser realizado em plataforma digital oficial, assegurando ampla competitividade, transparência, publicidade e isonomia entre os licitantes.

## 15.2. Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, considerando que o objeto contempla a aquisição de materiais com especificações distintas, o que permite maior competitividade entre os fornecedores e melhor otimização dos recursos públicos.

## 15.3. Modo de Disputa

O modo de disputa será o **aberto**, com a apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, conforme regras estabelecidas no edital, de forma a possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A adoção da modalidade Pregão Eletrônico, associada ao critério de menor preço por item e ao modo de disputa aberto, revela-se adequada ao objeto da contratação, promovendo eficiência, economicidade e ampliação da competitividade, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas.

## 16. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO

A presente contratação será realizada de forma **parcelada**, em razão de critérios técnicos, operacionais e logísticos que demonstram a sua maior vantajosidade para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O parcelamento do fornecimento mostra-se adequado considerando que os materiais serão utilizados de forma **gradual e contínua**, conforme o planejamento de execução da sinalização viária e a evolução das intervenções na malha urbana do Município.

Dentre os principais benefícios do parcelamento, destacam-se:

- **otimização logística**, permitindo entregas programadas de acordo com a demanda real da AMT;
- **redução de perdas e desperdícios**, evitando deterioração, vencimento ou armazenamento inadequado dos materiais;
- **melhoria na gestão de estoque**, possibilitando maior controle sobre a entrada e saída dos insumos;
- **eficiência na gestão financeira**, com adequação das aquisições ao fluxo orçamentário e à necessidade efetiva de consumo;
- **flexibilidade operacional**, permitindo ajustes no cronograma de execução conforme as condições das vias e prioridades da Administração.

Ressalta-se que o parcelamento não compromete a padronização e a qualidade dos materiais, uma vez que serão mantidas as mesmas especificações técnicas ao longo de toda a execução contratual.

Dessa forma, a adoção do fornecimento parcelado atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, assegurando melhor aproveitamento dos recursos públicos e maior efetividade na execução do objeto contratado.

## 17. DA HABILITAÇÃO

Para fins de participação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

### **17.1. Habilitação jurídica**

(Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021)

17.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

17.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.

17.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária.

17.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

17.1.5. Decreto de autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.6. Comprovante de inscrição do Microempreendedor Individual MEI.

17.1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as alterações contratuais ocorridas ou, alternativamente, por meio de documento consolidado vigente, acompanhados dos documentos comprobatórios dos administradores e procuradores, quando aplicável.

### **17.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

(Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021)

17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ ou, quando couber, no Cadastro de Pessoas Físicas CPF.

17.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

17.2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo as contribuições sociais.

17.2.4. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante.

17.2.5. Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante.

17.2.6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS.

17.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

### **17.3. Habilitação econômico-financeira**

(Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021)

17.3.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida há no máximo 90 (noventa) dias, salvo prazo de validade diverso constante no próprio documento.

17.3.1.1. Na hipótese de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, o Pregoeiro verificará se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo competente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

17.3.1.2. Caso não haja homologação judicial do plano de recuperação, a licitante será inabilitada por ausência de demonstração de viabilidade econômico-financeira.

17.3.2. Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo profissional contábil habilitado, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

17.3.2.1. As empresas deverão apresentar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

17.3.2.2. Quando qualquer dos índices econômicos for igual ou inferior a 1 (um), a empresa deverá comprovar patrimônio líquido ou capital social correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

17.3.2.3. Os documentos referidos no item 17.3.2 limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

17.3.2.4. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura.

17.3.2.5. O Microempreendedor Individual MEI, quando sujeito à apresentação da documentação econômico-financeira exigida no edital, deverá observar as disposições legais aplicáveis.

#### **17.4. Habilitação técnica**

17.4.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da contratação, em características, quantidades e prazos.

17.4.2. A comprovação será realizada mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu satisfatoriamente materiais iguais ou similares ao objeto desta licitação.

17.4.3. Os atestados deverão estar em nome da licitante, emitidos em papel timbrado do contratante, contendo identificação do responsável pela emissão e informações suficientes para comprovação da execução do objeto.

17.4.3.1. A Administração poderá solicitar documentos complementares para comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento ou outros documentos pertinentes.

17.4.4. Apresentação das fichas técnicas dos produtos ofertados, quando exigidas pela Administração.

17.4.5. Comprovação de atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT e demais regulamentações aplicáveis aos materiais de sinalização viária horizontal.

#### **17.5. Outras comprovações**

17.5.1. Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, conforme modelo constante do Edital, elaborada em papel timbrado da empresa, contendo as declarações exigidas pela Lei Federal nº

14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao certame.

17.5.1.1. Demais declarações eventualmente exigidas no Edital e seus anexos.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES**

### **18.1. Obrigações da Contratada**

Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021:

- fornecer os materiais em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- cumprir rigorosamente os prazos de entrega definidos pela Administração;
- garantir a qualidade, durabilidade e desempenho dos produtos fornecidos;
- substituir, às suas expensas, no prazo estipulado pela Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos, vícios, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas;
- responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e adequada entrega dos materiais, sem ônus adicional para a Administração;
- manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração;
- responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- observar as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto contratado.

### **18.2. Obrigações da Contratante**

Constituem obrigações da contratante:

- acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado;
- receber os materiais, realizando a conferência provisória e definitiva, conforme estabelecido neste Termo de Referência;
- rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações;
- efetuar o pagamento à contratada, nas condições e prazos estabelecidos;
- prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto;
- comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato;
- aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento das obrigações contratuais.

O cumprimento das obrigações ora estabelecidas é essencial para garantir a adequada execução contratual, a qualidade dos materiais fornecidos e a plena satisfação do interesse público.

## 19. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Administração à contratada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos materiais, devidamente atestado pelo fiscal do contrato, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.

O pagamento estará condicionado à:

- comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- conformidade dos materiais fornecidos com as especificações estabelecidas;
- inexistência de pendências ou irregularidades na execução contratual.

A nota fiscal deverá ser apresentada com todos os dados corretamente preenchidos, sem rasuras, acompanhada da documentação exigida, sob pena de suspensão da contagem do prazo para pagamento até a devida regularização.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada, observadas as normas de execução orçamentária e financeira da Administração Pública.

### 19.1. Da retenção tributária:

Quando aplicável, a Administração efetuará a retenção dos tributos incidentes sobre os pagamentos realizados, nos termos da legislação vigente, especialmente as disposições da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil e demais normas tributárias aplicáveis.

No caso de empresas optantes pelo **Simples Nacional**, a retenção somente será realizada quando houver previsão legal expressa de incidência, devendo a contratada apresentar documentação comprobatória de sua condição tributária, conforme legislação específica, para fins de adequada aplicação do regime de tributação.

Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, poderão ser aplicados os encargos legais cabíveis, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto no art. 141.

Ressalta-se que o pagamento somente será efetuado após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a efetiva entrega do objeto contratado.

## 20. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pro igual período, desde que devidamente justificado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A eventual prorrogação deverá observar:

- a demonstração da **vantajosidade para a Administração**;
- a **manutenção das condições iniciais de habilitação e contratação** pela contratada;
- a **existência de dotação orçamentária** para cobertura das despesas;
- o atendimento ao interesse público e à continuidade do serviço.

Ressalta-se que, tratando-se de fornecimento de bens de natureza continuada ou de execução parcelada, a vigência contratual poderá ser ajustada às necessidades da Administração, respeitados os

limites legais aplicáveis.

O prazo de execução das entregas ocorrerá conforme demandas da AMT, durante todo o período de vigência contratual, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## 21. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

A execução do contrato decorrente deste Termo de Referência deverá observar integralmente as disposições estabelecidas no edital, no instrumento contratual e na Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis à matéria.

A contratada obriga-se a cumprir fielmente todas as cláusulas e condições pactuadas, responsabilizando-se pela adequada execução do objeto, em conformidade com as especificações técnicas, prazos e demais exigências estabelecidas.

Constituem condições essenciais da execução contratual:

- observância rigorosa das especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência;
- cumprimento dos prazos e condições de entrega estabelecidos pela Administração;
- manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;
- sujeição à fiscalização e acompanhamento por parte da Administração;
- responsabilização por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

Eventuais situações não previstas serão resolvidas com base na legislação vigente, nos princípios que regem a Administração Pública e nas cláusulas contratuais estabelecidas, sempre visando a supremacia do interesse público.

## 22. EVENTOS SUPERVENIENTES MATRIZ DE RISCO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a execução contratual deverá observar a adequada gestão de riscos, considerando a possibilidade de ocorrência de eventos supervenientes que possam impactar o cumprimento das obrigações assumidas.

Para tanto, identificam-se os principais riscos associados à contratação, bem como as respectivas medidas de mitigação:

### 22.1. Riscos Identificados

- **Atraso na entrega dos materiais**  
Possibilidade de descumprimento dos prazos estabelecidos, comprometendo o cronograma de execução da sinalização viária.
- **Variação de preços de mercado**  
Oscilações econômicas que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- **Fornecimento de materiais fora das especificações técnicas**  
Entrega de produtos em desacordo com as normas exigidas, comprometendo a qualidade e durabilidade da sinalização.
- **Falhas operacionais ou logísticas**  
Problemas no transporte, armazenamento ou entrega dos materiais.

## 22.2. Medidas Preventivas e Mitigadoras

- estabelecimento de **prazos contratuais claros**, com previsão de penalidades em caso de inadimplemento;
- realização de **fiscalização contínua e rigorosa** por parte da Administração;
- exigência de **documentação técnica, certificações e fichas dos produtos**;
- previsão de **cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro**, quando cabível;
- definição de **critérios de recebimento e aceitação rigorosos**;
- aplicação de **sanções administrativas** em caso de descumprimento contratual.

## 22.3. Alocação de Riscos

Os riscos inerentes à execução do objeto, especialmente aqueles relacionados à qualidade dos materiais, prazos de entrega e logística, serão, em regra, de responsabilidade da contratada, sem prejuízo das hipóteses legais de revisão contratual.

## 23. DA GARANTIA CONTRATUAL

A contratada deverá assegurar a qualidade, desempenho e conformidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se integralmente por eventuais vícios, defeitos ou inadequações que comprometam a utilização dos materiais para a finalidade a que se destinam.

Os materiais fornecidos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento definitivo pela Administração, ou, quando aplicável, prazo superior eventualmente estabelecido pelo fabricante, prevalecendo o que for mais vantajoso à Administração Pública.

Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a:

- substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer produtos que apresentem defeitos, inconformidades ou desempenho insatisfatório;
- arcar com todos os custos decorrentes de transporte, retirada e nova entrega dos materiais substituídos;
- assegurar que os produtos mantenham suas características técnicas, especialmente quanto à durabilidade, aderência, refletividade e visibilidade.

A garantia deverá abranger eventuais vícios de fabricação, armazenamento inadequado anterior à entrega e inconsistências que comprometam o desempenho dos materiais, conforme normas técnicas aplicáveis, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A garantia ora prevista não exclui nem limita a responsabilidade da contratada quanto à solidez, qualidade e segurança dos materiais fornecidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação correlata.

Sem prejuízo da garantia dos produtos, a Administração poderá exigir, quando aplicável, a prestação de garantia contratual, nos termos da legislação vigente, como forma de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

## 24. DO REAJUSTE DO CONTRATO

Os preços contratados poderão ser reajustados para preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

O interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data do orçamento estimado da contratação, adotado como referência para elaboração da proposta vencedora, ou da data do último reajuste concedido, conforme o caso.

Para fins de reajustamento, será utilizado o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, acumulado no período correspondente aos últimos 12 (doze) meses.

O reajuste será calculado mediante a aplicação da variação acumulada do IPCA sobre os preços contratados, considerando-se a diferença percentual verificada entre o índice vigente na data-base do orçamento estimado e o índice vigente na data da concessão do reajuste. O percentual apurado será aplicado sobre os valores contratados, de forma a recompor a perda inflacionária ocorrida no período.

A concessão do reajuste dependerá da verificação do cumprimento do prazo mínimo legal e da análise pela Administração, podendo ser formalizada mediante apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fins de aferição da vantajosidade da contratação e preservação do interesse público, a Administração poderá confrontar os valores reajustados com os preços praticados no mercado à época da concessão, bem como promover negociação com a contratada, quando cabível, sem prejuízo da aplicação do índice contratualmente estabelecido.

O reajuste previsto neste item não se confunde com a revisão ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qual poderá ser concedida a qualquer tempo, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Caso o IPCA venha a ser extinto, suspenso ou deixe de ser divulgado, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, na ausência deste, outro índice que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado, mediante justificativa da Administração e formalização nos autos do processo.

## 25. DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Constituem motivos para rescisão contratual, dentre outros:

- **inadimplência da contratada**, caracterizada pelo não cumprimento das obrigações assumidas;
- **descumprimento de cláusulas contratuais**, especificações técnicas, prazos ou condições estabelecidas;
- **falhas reiteradas na execução do objeto**, que comprometam a qualidade ou a finalidade da contratação;
- **razões de interesse público**, devidamente justificadas pela autoridade competente;
- ocorrência de caso fortuito ou força maior que inviabilize a execução do contrato;
- decretação de falência ou dissolução da contratada.

A rescisão poderá ser:

- **unilateral**, por iniciativa da Administração, nos casos legalmente previstos;
- **amigável**, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- **judicial**, nos termos da legislação aplicável.

Em caso de rescisão, poderão ser aplicadas as penalidades cabíveis, bem como adotadas as medidas necessárias à continuidade do serviço público, resguardando-se o interesse da Administração.

## 26. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

O contrato poderá ser alterado, mediante justificativa formal e observância do interesse público, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

As alterações contratuais poderão ocorrer, dentre outras situações, para:

- **modificação quantitativa do objeto**, nos limites legais, visando melhor adequação às necessidades da Administração;
- **ajustes qualitativos**, para aprimoramento técnico do objeto contratado, desde que não haja alteração de sua natureza;
- **adequação às condições supervenientes**, decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- **restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, quando comprovada a ocorrência de eventos que impactem os custos inicialmente pactuados.

As alterações deverão ser formalizadas por meio de **termo aditivo**, previamente aprovado pela autoridade competente, sendo vedadas modificações que descaracterizem o objeto originalmente contratado.

Ressalta-se que toda alteração contratual deverá respeitar os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência, garantindo a manutenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 27. PENALIDADES E SANÇÕES

27.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a conduta do licitante ou contratado que, por dolo ou culpa:

27.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não apresentar qualquer documento solicitado pelo Pregoeiro durante o procedimento licitatório;

27.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, especialmente quando:

27.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

27.1.2.2. Recusar-se a encaminhar o detalhamento da proposta quando exigido;

27.1.2.3. Solicitar sua desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;

27.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida;

27.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital.

27.1.3. Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

27.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

27.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução contratual;

27.1.5. Fraudar a licitação;

27.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente quando:

27.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a legislação aplicável;

27.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

27.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

27.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

27.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

27.2. Com fundamento nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar ao licitante ou contratado as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

27.2.1. Advertência;

27.2.2. Multa;

27.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

27.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

27.3. Na aplicação das sanções serão observados:

27.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

27.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

27.3.3. As circunstâncias agravantes e atenuantes;

27.3.4. Os danos causados à Administração Pública;

27.3.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável, conforme orientações dos órgãos de controle.

27.4. A sanção de multa poderá ser aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado da contratação, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

27.4.1. Para as infrações previstas nos itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3, a multa poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

27.4.2. Para as infrações previstas nos itens 27.1.4, 27.1.5, 27.1.6, 27.1.7 e 27.1.8, a multa poderá variar de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

27.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observadas as disposições legais aplicáveis.

27.6. Na aplicação da penalidade de multa será assegurado ao interessado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa, contado da data de sua intimação.

27.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo pelo prazo de até 3 (três) anos.

27.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 27.1.4, 27.1.5, 27.1.6, 27.1.7 e 27.1.8, bem como nas hipóteses em que as infrações previstas nos itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3 justificarem a imposição de penalidade mais gravosa, observando-se o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou em aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à perda da garantia da proposta, quando exigida, nos termos da legislação vigente.

27.10. A apuração de responsabilidade para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conduzido por comissão designada para esse fim.

27.11. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação do interessado.

27.12. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido pela autoridade competente.

27.13. Os recursos e pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

27.14. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

## 28. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por **servidor(es) formalmente designado(s)** pela Administração, na qualidade de fiscal e gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A fiscalização terá caráter **preventivo, corretivo e sistemático**, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos materiais fornecidos e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Compete ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições:

- acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas;
- conferir quantitativa e qualitativamente os materiais entregues;
- atestar o recebimento provisório e definitivo;
- registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- elaborar **relatórios periódicos de acompanhamento**, contendo avaliação da execução contratual;
- comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
- propor a aplicação de sanções, quando constatado descumprimento contratual.

A contratada deverá facilitar a atuação da fiscalização, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como garantindo acesso aos documentos e aos locais necessários à verificação do cumprimento contratual.

O acompanhamento contínuo da execução contratual é essencial para garantir a eficiência, a qualidade do objeto contratado e a conformidade com o interesse público.

## 29. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Será admitida a participação de cooperativas no presente procedimento licitatório, desde que atendam integralmente às exigências estabelecidas no edital e na Lei nº 14.133/2021, bem como à legislação específica aplicável ao seu regime jurídico.

A participação das cooperativas estará condicionada à comprovação de que:

- possuem **objeto social compatível** com o objeto da contratação;
- apresentam **regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira**;
- demonstram **capacidade técnica** para o fornecimento dos materiais;
- observam as normas que regem o funcionamento das sociedades cooperativas, especialmente quanto à prestação de serviços por seus cooperados.

Ressalta-se que as cooperativas deverão atender às mesmas condições estabelecidas para as demais licitantes, não sendo admitido tratamento diferenciado que comprometa a isonomia do certame.

A participação será vedada nos casos em que a natureza do objeto ou as condições de execução contratual sejam incompatíveis com o regime jurídico das cooperativas, conforme avaliação da Administração.

## 30. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

Será admitida a participação de empresas reunidas em forma de consórcio, desde que observadas as condições estabelecidas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

A participação em consórcio deverá atender, no mínimo, às seguintes exigências:

- comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas;
- indicação da empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações decorrentes da contratação;
- atendimento, por parte de cada consorciada, das exigências de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, e, quando aplicável, somatório de capacidades para fins de qualificação técnica e econômico-financeira.

A Administração poderá, de forma motivada, restringir ou vedar a participação de consórcios quando entender que tal medida não é conveniente ou necessária à adequada execução do objeto, especialmente em contratações de menor complexidade.

A eventual participação em consórcio não implicará qualquer prejuízo à competitividade, devendo ser assegurada a observância dos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 31. EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS

Fica **vedada a participação de pessoas físicas** no presente procedimento licitatório, em razão da natureza do objeto, que exige fornecimento contínuo de materiais, capacidade logística, regularidade fiscal e estrutura empresarial compatível com as obrigações contratuais.

A restrição fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto demanda **organização empresarial, capacidade técnica e operacional** e atendimento a requisitos que, em regra, não são compatíveis com a atuação de pessoa física.

A medida visa garantir:

- maior **segurança jurídica e contratual**;
- adequada **capacidade de fornecimento e cumprimento dos prazos**;
- observância das exigências fiscais, trabalhistas e operacionais;
- maior **eficiência na execução do objeto contratado**.

Dessa forma, a participação no certame restringe-se às pessoas jurídicas que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

## 32. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do presente procedimento licitatório as **pessoas jurídicas legalmente constituídas**, cujo objeto social seja compatível com o objeto da contratação, desde que atendam integralmente às condições estabelecidas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

Para fins de participação, as licitantes deverão:

- estar **regularmente constituídas e em funcionamento**;
- comprovar **regularidade fiscal, trabalhista e jurídica**;
- atender aos requisitos de **qualificação técnica e econômico-financeira** exigidos;
- não estar impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- apresentar toda a documentação exigida dentro dos prazos e condições estabelecidos.

Não poderão participar do certame empresas que:

- se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação;
- estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração;
- tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o poder público;
- se enquadrem em quaisquer das hipóteses de impedimento previstas na legislação vigente.

A participação no certame implica a plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, bem como o compromisso de cumprimento das obrigações contratuais decorrentes.

## 33. SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação do objeto contratual será, em regra, **vedada**, admitindo-se excepcionalmente, mediante **prévia e expressa autorização da Administração**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Na hipótese de autorização, a subcontratação deverá observar as seguintes condições:

- limitar-se a **parcelas acessórias do objeto**, não podendo abranger a totalidade da contratação;
- não eximir a contratada de sua **responsabilidade integral** pela execução do contrato;
- assegurar que a empresa subcontratada atenda às **condições de habilitação compatíveis** com a parcela a ser executada;
- ser formalmente registrada e previamente aprovada pela Administração.

Fica vedada a subcontratação que comprometa a qualidade, a eficiência ou a regularidade da execução do objeto, bem como aquela que implique transferência indevida das responsabilidades contratuais.

A contratada permanecerá como única responsável perante a Administração por todos os atos, obrigações e responsabilidades decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles eventualmente realizados por terceiros autorizados.

### 34. SUSTENTABILIDADE

A execução do objeto deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas ambientais aplicáveis, visando à redução dos impactos ambientais e à promoção do uso racional dos recursos.

Nesse sentido, deverão ser adotadas as seguintes diretrizes:

- **utilização de tintas viárias à base de água**, com menor emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs), reduzindo impactos ao meio ambiente e à saúde;
- **destinação ambientalmente adequada de resíduos**, incluindo embalagens, sobras de materiais e insumos utilizados, em conformidade com a legislação vigente;
- **adoção de boas práticas de armazenamento e manuseio**, prevenindo vazamentos, desperdícios e contaminação do solo e da água;
- **racionalização do consumo de materiais**, evitando excessos e promovendo maior eficiência na aplicação;
- atendimento às normas técnicas e ambientais expedidas por órgãos competentes e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A contratada deverá, sempre que aplicável, comprovar que os produtos fornecidos atendem a requisitos ambientais e de qualidade, contribuindo para uma execução mais sustentável e responsável.

A adoção dessas práticas visa garantir que a contratação atenda não apenas às necessidades operacionais da Administração, mas também aos princípios da sustentabilidade e da proteção ao meio ambiente.

### 35. PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As partes comprometem-se a assegurar o **sigilo, a integridade e o uso adequado das informações** obtidas em decorrência da execução contratual, observando as disposições legais aplicáveis, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e a Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá:

- utilizar as informações exclusivamente para fins de execução do objeto contratado;
- manter confidencialidade sobre dados, documentos e informações de caráter restrito ou sigiloso;
- adotar medidas de segurança administrativas, técnicas e operacionais para proteção contra acesso não autorizado, perda, alteração ou divulgação indevida;
- não compartilhar informações com terceiros sem autorização expressa da Administração, salvo nos casos legalmente exigidos.

A Administração, por sua vez, assegurará o tratamento adequado das informações fornecidas pela contratada, respeitando os princípios da legalidade, finalidade, necessidade e transparência.

O descumprimento das disposições relativas à proteção de dados e informações poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, civis e penais cabíveis, conforme a legislação vigente.

## **36. VEDAÇÕES**

Ficam expressamente vedadas, no âmbito do procedimento licitatório e da execução contratual, quaisquer práticas que contrariem a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

São vedadas, dentre outras, as seguintes condutas:

- práticas ilícitas, incluindo atos de corrupção, fraude, conluio ou obtenção de vantagem indevida;
- apresentação de documentos falsos ou informações inverídicas;
- fraude à execução contratual, com fornecimento de materiais em desacordo com as especificações;
- descumprimento das obrigações contratuais;
- subcontratação irregular, sem autorização da Administração;
- práticas que comprometam a competitividade, a isonomia e a transparência do certame.

### **36.1. Vedação por Conflito de Interesses**

Nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, é vedada a participação, direta ou indireta, no procedimento licitatório ou na execução contratual de pessoa física ou jurídica que:

mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Tal vedação deverá constar expressamente no edital de licitação e será rigorosamente observada durante todas as fases do certame e da execução contratual, com vistas à prevenção de conflitos de interesse e à garantia da lisura do processo.

## **37. CONDIÇÕES GERAIS**

O presente Termo de Referência constitui documento integrante e essencial do processo licitatório, servindo de base para a elaboração do edital, da proposta e do respectivo instrumento contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Todas as disposições aqui estabelecidas deverão ser rigorosamente observadas pelas partes, sendo consideradas de pleno conhecimento e aceitação pelos licitantes participantes do certame.

Os casos omissos e as dúvidas que eventualmente surgirem na interpretação deste Termo de Referência serão dirimidos pela Administração, com fundamento na legislação vigente, nos princípios que regem a Administração Pública e nas normas aplicáveis à matéria.

A participação no procedimento licitatório implica a concordância integral com os termos e condições aqui estabelecidos, bem como o compromisso de fiel cumprimento das obrigações contratuais decorrentes.

Por fim, o presente Termo de Referência visa assegurar a adequada instrução do processo, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiente execução do objeto, em atendimento ao interesse público e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

### 38. RESPONSÁVEIS

Ji-Paraná-RO, 10 de junho de 2026.

Elaborado por:

*[Assinado eletronicamente]*  
**Daniel Travassos Lucena dos Santos**  
Assessor de Controle Interno  
Mat. 374

Aprovado por:

*[Assinado eletronicamente]*  
**Oribe Alves Junior**  
Presidente da AMT  
Dec. nº. 352/GAB/PMJP/2025

---

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÁSITO E TRANSPORTE DE JI-PARANÁ AMT

Av. Ji-Paraná, 615 Bairro Urupá CEP 76.900-261 Ji-Paraná/RO Tel. 3423-6441 ou 3424-5495



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL TRAVASSOS LUCENA DOS SANTOS, COORDENADOR GERAL AMT**, em 11/06/2026 às 09:04, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ORIBE ALVES JUNIOR, PRESIDENTE - AMT**, em 11/06/2026 às 09:05, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2757421** e o código verificador **A1EE1206**.

Referência: [Processo nº 1-7248/2026](#).

Docto ID: 2757421 v1

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

**Processo Administrativo:** 1-7248/2026

**Órgão Demandante:** Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Ji-Paraná AMT

**Objeto:** Aquisição de tintas destinadas à execução e manutenção da sinalização viária horizontal no município, para atendimento das demandas do exercício de 2026.

### INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a etapa inicial do planejamento da contratação, apresentando os estudos preliminares realizados com o objetivo de identificar e analisar soluções capazes de atender às necessidades apontadas pelas secretarias municipais, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que, nesta fase, ainda não há definição do objeto a ser contratado, tendo como finalidade principal a avaliação de alternativas viáveis que melhor solucionem o problema identificado.

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Área Requisitante:

Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMT

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a necessidade de contratação destinada exclusivamente à aquisição de materiais, consistentes em tintas para pintura viária e microesfera de vidro Drop On Tipo II-A, a serem utilizados na sinalização viária horizontal das vias urbanas do Município de Ji-Paraná.

Ressalta-se que a presente contratação não abrange a execução dos serviços de sinalização viária, os quais serão realizados diretamente pela própria autarquia municipal, conforme previsto nos demais documentos que instruem o processo, incluindo os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs), a Solicitação de Compra e o item 8 Descrição da solução como um todo, que contemplam exclusivamente o fornecimento dos materiais.

A sinalização viária horizontal é elemento essencial para a organização do tráfego, orientação de condutores e pedestres, bem como para a prevenção de acidentes, sendo indispensável para a promoção de uma mobilidade urbana segura e eficiente. Nesse contexto, a utilização de tintas viárias de alta qualidade, associadas à aplicação de microesferas de vidro do tipo Drop On, é fundamental para garantir maior visibilidade, especialmente no período noturno e em condições climáticas adversas.

Atualmente, o Município de Ji-Paraná passa por um amplo processo de implantação da rede de saneamento básico, abrangendo sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial em diversos bairros da zona urbana. Tais intervenções têm demandado a abertura de valas, cortes no pavimento e intensa movimentação de maquinário pesado, resultando na remoção total ou parcial da sinalização horizontal existente, além de causar danos à pintura viária anteriormente implantada.

Como consequência, diversas vias encontram-se sem a devida demarcação, comprometendo a segurança de motoristas, ciclistas e pedestres, especialmente em áreas de maior fluxo, como proximidades de escolas, unidades de saúde, prédios públicos e regiões comerciais. A ausência de elementos como faixas de pedestres, linhas de divisão de fluxo e marcas de canalização eleva significativamente o risco de acidentes e prejudica a organização do tráfego urbano.

Diante desse cenário, torna-se necessária a aquisição dos materiais mencionados, a fim de viabilizar a recomposição e implantação da sinalização horizontal, garantindo a adequada visibilidade das vias, a segurança dos usuários e a fluidez do tráfego, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e as diretrizes estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

### 3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA

A presente contratação integra o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do Poder Executivo, estando devidamente prevista no [DFD - Formalização de Demanda 1950 de 23/04/2026 \(ID 2622235\)](#)

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

Para atender à necessidade de recomposição e implantação da sinalização horizontal nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná, a presente contratação deverá contemplar exclusivamente o **fornecimento de materiais**, consistentes em tintas para pintura viária e microesferas de vidro refletivas do tipo Drop On Tipo II-A.

A demanda consiste na aquisição de materiais destinados à execução de sinalização horizontal, incluindo:

- Tintas viárias acrílicas;
- Microesferas de vidro refletivas.

#### 4.1 Especificações e quantitativos tintas viárias

Tinta à base de resina acrílica, específica para sinalização viária horizontal:

- Branca: 1.000 latas (18.000 litros);
- Amarela: 200 latas (3.600 litros);
- Azul: 100 latas (1.800 litros);
- Preta: 200 latas (3.600 litros);
- Vermelha: 100 latas (1.800 litros).

#### Características técnicas:

- Tipo: tinta à base de resina acrílica, específica para sinalização viária;

- Sistema de aplicação: aspersão mecânica tipo spray;
- Cores: branca, amarela, preta, azul e vermelha;
- Descrição: deve atender aos requisitos das normas ABNT NBR 11862 ou ABNT NBR 13699, garantindo características adequadas de resistência, visibilidade e desempenho para sinalização viária. Após aplicação, deve apresentar plasticidade e elevada aderência ao pavimento ou à sinalização anterior, formando película fosca uniforme, sem rachaduras, manchas ou outras irregularidades durante sua vida útil;
- Características: alta durabilidade, resistência a intempéries, secagem rápida e adequada aderência ao pavimento asfáltico e concreto;
- Rendimento: mínimo de 4 m<sup>2</sup> por litro (espessura padrão);
- Conformidade: Resolução CONTRAN nº 236/2007, ABNT NBR 11862 ou ABNT NBR 13699 e ABNT NBR 15071;
- Unidade de fornecimento: latas de 18 litros;
- Entrega mínima: 300 latas por ordem de fornecimento.

#### 4.2 Especificações microesferas de vidro

- Tipo: microesfera de vidro refletiva Drop On Tipo II-A;
- Embalagem: sacos de 25 kg;
- Quantitativo: 100 sacos (2.500 kg);
- Finalidade: proporcionar retrorrefletividade à sinalização horizontal;
- Conformidade: normas ABNT aplicáveis e diretrizes do CONTRAN.

#### 4.3 Condições dos materiais

- Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em perfeitas condições de armazenamento e utilização;
- Deverão estar devidamente acondicionados e identificados, contendo lote, data de fabricação, prazo de validade e especificações técnicas;
- Deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, garantindo desempenho adequado quanto à visibilidade e durabilidade da sinalização.

#### 4.4 Prazo e local de entrega

- **Prazo:** até 15 (quinze) dias após cada ordem de fornecimento;
- **Local:** Almoxarifado da AMT Autarquia Municipal de Trânsito de Ji-Paraná/RO, localizado na Av. Ji-Paraná, nº 615, Bairro Urupá;
- **Horário:** das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

#### 4.5 Condições de entrega e recebimento

- Os materiais deverão ser entregues intactos, sem avarias ou danos;
- Deverão ser acompanhados de nota fiscal e certificados de conformidade técnica (ABNT NBR 11862 e/ou NBR 13699 e NBR 15071);
- O recebimento ficará condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

## 4.6 Garantia e validade

- Os produtos deverão possuir prazo de validade compatível com sua utilização, contado a partir da data de entrega;
- A contratada deverá garantir a qualidade dos materiais fornecidos, responsabilizando-se pela substituição, sem ônus para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas.

## 4.7 Disposição final

A presente contratação **não contempla a execução de serviços de sinalização viária**, tais como aplicação de tinta, demarcação de vias ou elaboração de projetos executivos, sendo tais atividades de responsabilidade exclusiva da Administração Pública.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade de recomposição e implantação da sinalização viária horizontal no Município de Ji-Paraná/RO, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e a capacidade institucional da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT.

Para subsidiar os estudos técnicos preliminares e demonstrar a viabilidade da contratação, foi realizada pesquisa de preços junto ao mercado, conforme [Cotação de referência de 02/04/2026 \(ID 2575011\)](#), por meio da qual foram obtidos valores praticados para o fornecimento de tintas viárias acrílicas e microesferas de vidro refletivas. As informações coletadas serviram como parâmetro para estimativa dos custos da contratação e para análise comparativa entre as alternativas disponíveis.

Foram avaliadas as seguintes soluções:

### Alternativa 1 - Contratação de empresa especializada para execução integral dos serviços

Esta alternativa consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento dos materiais, disponibilização de mão de obra técnica, equipamentos e execução completa dos serviços de sinalização viária horizontal.

Embora seja uma solução amplamente adotada por diversos órgãos públicos, sua implementação implica custos mais elevados, uma vez que engloba despesas com mobilização de equipe, encargos trabalhistas, administração, equipamentos e lucro da contratada. Além disso, reduz a autonomia da Administração na definição de cronogramas e prioridades de execução, gerando maior dependência de terceiros para atendimento das demandas operacionais.

### Alternativa 2 - Aquisição de materiais com execução dos serviços pela equipe própria da AMT

Esta alternativa consiste na aquisição dos insumos necessários à execução da sinalização horizontal, especialmente tintas viárias acrílicas e microesferas de vidro refletivas, permanecendo a aplicação sob responsabilidade da equipe técnica da própria Autarquia.

A solução mostra-se plenamente viável, considerando que a AMT dispõe de servidores capacitados, experiência operacional e equipamentos adequados para a execução dos serviços. A aquisição

isolada dos materiais permite significativa redução dos custos quando comparada à terceirização integral, além de proporcionar maior controle da Administração sobre a qualidade, a programação e a priorização das intervenções.

Os valores obtidos na pesquisa de preços constante do [\(ID 2575011\)](#) demonstraram que a aquisição direta dos materiais representa a alternativa mais econômica e eficiente para atendimento da demanda, possibilitando a aplicação dos recursos públicos de forma mais vantajosa e alinhada aos princípios da economicidade e da eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

**Alternativa 3 - Não realização da intervenção**

Consiste na manutenção do cenário atual, sem aquisição dos materiais e sem execução dos serviços de sinalização horizontal.

Tal alternativa foi considerada tecnicamente inviável, uma vez que a ausência de manutenção e recomposição da sinalização compromete a segurança viária, a orientação dos usuários das vias públicas, a fluidez do tráfego e a prevenção de acidentes, contrariando as disposições do Código de Trânsito Brasileiro CTB e as diretrizes de segurança viária aplicáveis à administração do trânsito municipal.

**Conclusão do Levantamento de Mercado**

Após análise das alternativas disponíveis e dos preços obtidos por meio da [Cotação de referência de 02/04/2026 \(ID 2575011\)](#), conclui-se que a solução mais vantajosa para a Administração consiste na **aquisição dos materiais necessários à execução da sinalização horizontal, com aplicação realizada pela equipe própria da AMT.**

A escolha dessa solução fundamenta-se na existência de estrutura operacional própria, disponibilidade de mão de obra qualificada, redução dos custos em comparação à terceirização integral dos serviços, maior controle sobre a execução das atividades e maior flexibilidade para atendimento das demandas surgidas em razão das constantes intervenções urbanas e obras de infraestrutura realizadas no município.

Dessa forma, considerando a efetiva pesquisa de mercado realizada, a compatibilidade dos preços obtidos com os praticados no setor e a natureza comum dos materiais a serem adquiridos, conclui-se pela viabilidade da contratação mediante **Pregão Eletrônico**, modalidade que assegura ampla competitividade, isonomia entre os licitantes, transparência do procedimento e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim, a solução proposta atende plenamente ao interesse público, garantindo eficiência, economicidade, segurança viária e adequada aplicação dos recursos públicos.

**6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.
1	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Branca</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	1000
2	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: amarelo</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos	LAT	200

	ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal		
3	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Azul</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	100
4	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Preta</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	200
5	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Vermelha</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	100
6	Microesfera de Vidro "Drop On" - Tipo II-A As microesferas deverão atender a NBR 16.184:2013 Sinalização horizontal viária - Esferas e microesferas de vidro - Requisitos e métodos de ensaio; possuir rendimento aproximado de 400 a 500 g/m²; utilizando a unidade de acondicionamento em saco de 25kg para o fornecimento.	KG	2500

Em atendimento ao disposto no inciso IV do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em levantamento técnico detalhado das vias urbanas a serem contempladas com sinalização horizontal, estando devidamente fundamentada em documentação específica integrante deste Estudo Técnico Preliminar.

As informações utilizadas para definição dos quantitativos encontram-se consolidadas no **ANEXO I deste ETP**, o qual compõe o presente processo administrativo, contendo o levantamento das vias contempladas, com identificação dos trechos, extensões e áreas de intervenção.

Com base nesse levantamento, foi considerada uma extensão total aproximada de **28,6 km de malha viária** a ser objeto de sinalização horizontal, servindo como parâmetro técnico para a estimativa dos insumos necessários, especialmente no que se refere ao consumo de tintas viárias e microesferas de vidro refletivas.

A memória de cálculo utilizada para definição das quantidades considerou, ainda, parâmetros técnicos de rendimento dos materiais, padrões de aplicação de sinalização horizontal e necessidade de recomposição de trechos impactados por intervenções urbanas, especialmente aquelas decorrentes de obras de infraestrutura em execução no município.

Ressalta-se que o planejamento não se limita à manutenção da sinalização atualmente existente, abrangendo também a possibilidade de ampliação da malha viária ao longo do exercício de 2026, conforme demanda operacional e liberação de novas vias pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, conforme previsto no Anexo I.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa das quantidades está devidamente fundamentada em dados técnicos, levantamento in loco e memória de cálculo constante no Anexo I, garantindo coerência, rastreabilidade, transparência e respaldo técnico ao quantitativo estimado para a contratação.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Branca</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	1000	R\$ 350,00	R\$ 350.000,00
2	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: amarelo</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não	LAT	200	R\$ 360,00	R\$ 72.000,00

	inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal				
3	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Azul</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	100	R\$ 360,00	R\$ 36.000,00
4	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Preta</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	200	R\$ 360,00	R\$ 72.000,00
5	TINTA BASE DE RESINA ACRÍLICA E EMULSIONADA EM ÁGUA. Para uso em asfalto, rodovias e vias urbanas, <b>cor: Vermelha</b> , base de água, secagem rápida, ótima resistência a abrasão, não inflamável. Não provoca danos ao pavimento e não agride o meio ambiente. Atende a Norma ABNT/NBR 13699 Sinalização Horizontal	LAT	100	R\$ 360,00	R\$ 36.000,00
6	Microesfera de Vidro "Drop On" - Tipo II-A As microesferas deverão atender a NBR 16.184:2013 Sinalização horizontal viária - Esferas e microesferas de vidro - Requisitos e métodos de ensaio; possuir rendimento aproximado de 400 a 500 g/m²; utilizando a unidade de acondicionamento em saco de 25kg para o fornecimento.	KG	2500	R\$ 12,10	R\$ 30.250,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 596.250,00</b>

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade de execução da sinalização viária horizontal do Município de Ji-Paraná RO consiste na aquisição de materiais específicos, especialmente tintas viárias e insumos correlatos, que serão utilizados pela equipe própria da AMT, a qual dispõe de servidores capacitados e equipamentos adequados para a realização dos serviços.

Considerando que o município está passando por um amplo processo de implantação da rede de saneamento básico diversas vias sofreram intervenções no pavimento, com abertura de valas e cortes na malha asfáltica. Em razão dessas obras, grande parte da sinalização horizontal anteriormente existente foi removida ou danificada, deixando trechos significativos sem demarcação viária visível.

Essa ausência compromete a segurança viária, dificultando a organização do tráfego, a orientação de motoristas, ciclistas e pedestres, e aumentando o risco de acidentes, especialmente em áreas de maior circulação, como escolas, unidades de saúde, prédios públicos, cruzamentos e regiões comerciais.

A solução contempla a aquisição de tinta viária de alta resistência, boa visibilidade e secagem rápida, conforme os padrões técnicos definidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 15494-1, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Também poderão ser adquiridos materiais complementares indispensáveis à correta aplicação e durabilidade da sinalização, como microesferas de vidro refletivas, solventes e acessórios específicos.

A execução da sinalização será realizada de forma gradativa, conforme planejamento interno da AMT, priorizando as vias de maior fluxo e as áreas sensíveis. Essa estratégia possibilita controle direto da qualidade dos serviços, maior agilidade na execução, redução de custos com terceirização e melhor adequação ao cronograma das obras de saneamento, demonstrando-se tecnicamente e economicamente vantajosa para o Município.

Portanto, a solução adotada assegura economicidade, eficiência administrativa, segurança no trânsito e atendimento à legislação vigente, sendo plenamente compatível com os recursos, a estrutura

operacional e as necessidades atuais da Administração Municipal de Ji-Paraná.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

A solução **será parcelada**, considerando aspectos técnicos, operacionais e logísticos que justificam essa forma de contratação.

Embora os materiais a serem adquiridos como tintas viárias, microesferas de vidro refletivas sejam destinados à mesma finalidade pública, qual seja, a execução da sinalização viária horizontal no Município de Ji-Paraná, o fornecimento parcelado mostra-se mais adequado à realidade operacional da Autarquia.

O parcelamento permitirá que as entregas ocorram de forma programada, conforme o cronograma de execução dos serviços e a evolução das intervenções na malha viária urbana. Essa medida favorece o controle de estoque, evita armazenamento excessivo de materiais e reduz riscos de perdas decorrentes de vencimento, deterioração ou acondicionamento inadequado.

Além disso, o fornecimento parcelado contribui para uma gestão financeira mais equilibrada, possibilitando melhor planejamento orçamentário e adequação das aquisições à demanda efetiva de aplicação, especialmente diante das constantes intervenções nas vias públicas.

Ressalta-se que o parcelamento não comprometerá a padronização da sinalização, uma vez que será exigida, no instrumento convocatório, a manutenção das mesmas especificações técnicas, padrões de qualidade e características dos materiais ao longo de toda a execução contratual.

Dessa forma, a contratação com fornecimento parcelado atende aos princípios da eficiência, economicidade e boa gestão dos recursos públicos, garantindo a continuidade dos serviços e a segurança viária da população.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

## 11. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONSULTA AO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em atendimento às boas práticas de planejamento das contratações públicas e ao princípio da eficiência, foi realizada a verificação quanto à existência de Ata de Registro de Preços vigente que pudesse atender, ainda que parcialmente, à demanda objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Nesse sentido, informa-se que a Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT possui em andamento o **Processo Administrativo nº 1-4952/2026**, referente à **adesão à Ata de Registro de Preços nº 008/2025**, a qual poderá ser utilizada para suprir demandas imediatas relacionadas à sinalização viária horizontal.

A referida adesão tem caráter complementar e emergencial do ponto de vista operacional, sendo destinada a garantir a continuidade das ações de manutenção da sinalização viária até a conclusão

do presente processo licitatório, que tem por objeto a contratação regular para atendimento das demandas do exercício de 2026.

Ressalta-se que foi realizada consulta ao setor gerenciador do Sistema de Registro de Preços, conforme documentação acostada aos autos, acompanhada da respectiva manifestação formal do órgão competente, em atendimento às exigências de governança e conformidade administrativa.

Dessa forma, a utilização da referida Ata de Registro de Preços se apresenta como medida transitória de apoio operacional, sem prejuízo da presente contratação, que visa assegurar o atendimento contínuo, planejado e estruturado das necessidades da Administração Pública.

## **12. RESULTADOS PRETENDIDOS:**

Com a aquisição dos materiais necessários para a execução da sinalização viária horizontal e a posterior aplicação pela equipe própria da AMT, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- **Restabelecimento da sinalização horizontal em toda a malha viária urbana do município**, especialmente nas vias recentemente abertas, garantindo maior segurança e organização do trânsito;
- **Melhoria na orientação e visibilidade para condutores, ciclistas e pedestres**, contribuindo para a prevenção de acidentes e a fluidez do tráfego;
- **Cumprimento das normas técnicas e legais vigentes**, especialmente do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e das normas da ABNT, assegurando a regularidade e padronização da sinalização;
- **Redução de custos operacionais**, por meio da utilização de mão de obra e equipamentos próprios da AMT, promovendo economicidade na execução do serviço;
- **Resposta ágil às demandas locais**, com maior flexibilidade para atender, de forma contínua, as áreas prioritárias como escolas, unidades de saúde, prédios públicos e vias de maior circulação;
- **Aprimoramento da qualidade do espaço urbano**, promovendo uma cidade mais segura, organizada e visualmente estruturada para os moradores e visitantes.

Esses resultados contribuem diretamente para a promoção do interesse público, a valorização do investimento em infraestrutura urbana e a efetividade das ações da Administração Municipal.

## **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:**

Para assegurar a regularidade do procedimento licitatório, a adequada definição do objeto, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e a futura execução eficiente da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas, técnicas e operacionais antes da celebração do contrato, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **a) Elaboração e Consolidação dos Documentos de Planejamento da Contratação**

A Administração deverá concluir e consolidar todos os documentos que compõem a fase preparatória da contratação, garantindo a adequada caracterização da necessidade administrativa e a

definição precisa do objeto.

Deverão estar devidamente instruídos nos autos:

- Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Termo de Referência (TR);
- Mapa de Riscos, quando aplicável;
- Pesquisa de Preços;
- Demais documentos exigidos pela legislação vigente.

O Termo de Referência deverá conter descrição detalhada dos materiais a serem adquiridos, quantitativos estimados, critérios de aceitação, condições de entrega, exigências de qualidade e especificações técnicas compatíveis com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN e disposições do Código de Trânsito Brasileiro CTB.

#### **b) Realização e Consolidação da Pesquisa de Preços**

Deverá ser realizada pesquisa de preços atualizada, observando os parâmetros estabelecidos pela legislação aplicável e pelas normas internas da Administração.

A pesquisa deverá contemplar, sempre que possível:

- consultas a fornecedores do ramo;
- contratações similares realizadas por órgãos públicos;
- atas de registro de preços vigentes;
- sistemas oficiais de preços públicos;
- demais fontes admitidas pela legislação.

Esclarece-se que a Cotação de Referência ([ID 2575011](#)) foi utilizada exclusivamente como subsídio inicial para os estudos técnicos preliminares, não constituindo, isoladamente, a pesquisa de preços necessária para composição do valor estimado da contratação.

Dessa forma, deverão ser juntadas aos autos, previamente à publicação do certame, no mínimo três cotações válidas e compatíveis com o mercado, obtidas junto a fornecedores distintos, visando conferir maior segurança, transparência e confiabilidade à estimativa de custos.

#### **c) Verificação da Disponibilidade Orçamentária**

A Administração deverá confirmar a existência de recursos orçamentários suficientes para suportar a contratação pretendida, promovendo a emissão da respectiva reserva orçamentária e observando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual vigentes.

Tal providência visa assegurar a compatibilidade da despesa com o planejamento financeiro da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT.

#### **d) Definição da Modalidade Licitatória e dos Critérios de Julgamento**

Deverá ser formalmente definida a modalidade de licitação a ser adotada, considerando a natureza comum dos materiais a serem adquiridos e a necessidade de ampla competitividade entre os fornecedores.

Em razão das características do objeto, a contratação será processada por meio de Pregão Eletrônico, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

Também deverão ser estabelecidos os critérios de julgamento, condições de participação, requisitos de habilitação e demais regras necessárias à condução do certame.

#### **e) Análise da Conformidade Técnica dos Materiais**

Antes da contratação, deverão ser definidos os mecanismos de verificação da qualidade e conformidade técnica dos materiais ofertados pelos licitantes.

Quando aplicável, poderão ser exigidos:

- fichas técnicas dos produtos;
- laudos ou ensaios laboratoriais;
- certificados de conformidade;
- declarações do fabricante;
- demais documentos que comprovem atendimento às normas técnicas vigentes.

A medida visa assegurar que as tintas viárias, microesferas de vidro e demais insumos atendam aos padrões mínimos de desempenho, durabilidade, refletividade e segurança exigidos para a sinalização viária horizontal.

#### **f) Verificação da Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista dos Licitantes**

Deverão ser observados os procedimentos de habilitação previstos na legislação, com a verificação da documentação exigida para comprovação da capacidade jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica dos participantes.

A medida busca assegurar a contratação de fornecedor idôneo e apto ao cumprimento das obrigações assumidas.

#### **g) Designação dos Responsáveis pela Gestão e Fiscalização Contratual**

Previamente à assinatura do contrato, a Administração deverá designar formalmente os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização da contratação, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os agentes designados serão responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, fiscalização da entrega dos materiais, verificação da conformidade dos produtos fornecidos e adoção das medidas necessárias para garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

#### **h) Definição dos Procedimentos de Recebimento dos Materiais**

A Administração deverá estabelecer critérios objetivos para o recebimento provisório e definitivo dos materiais, contemplando:

- conferência quantitativa e qualitativa dos produtos;
- verificação das especificações técnicas;
- inspeção das condições de armazenamento e transporte;
- análise da documentação técnica apresentada;
- procedimentos para substituição de materiais em desacordo com o contrato.

Também deverão ser definidos os prazos de entrega, as condições de aceitação dos produtos e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

Dessa forma, a adoção das providências acima descritas contribuirá para a adequada instrução do processo licitatório, mitigação de riscos, observância da legislação vigente e obtenção de resultados mais eficientes para a Administração Pública, garantindo o fornecimento dos materiais necessários à manutenção e recomposição da sinalização viária horizontal do Município de Ji-Paraná/RO.

#### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:**

*(Art. 18, §1º, XII da Lei nº 14.133/2021)*

A contratação para aquisição de tintas para sinalização viária à base de resina acrílica e microesferas de vidro apresenta baixo potencial de impacto ambiental, considerando que tais materiais são amplamente utilizados em serviços de sinalização horizontal e possuem formulações desenvolvidas para atender às normas técnicas aplicáveis, com menor emissão de compostos voláteis quando comparadas a tintas de base solvente.

Ainda assim, a Administração deverá observar e exigir do fornecedor o cumprimento integral da legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como demais normas ambientais aplicáveis à fabricação, comercialização e destinação final de produtos químicos e suas embalagens.

Como medidas de controle e mitigação de eventuais impactos ambientais, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- aquisição de produtos que atendam às normas técnicas e padrões de qualidade aplicáveis à sinalização viária, garantindo maior durabilidade e reduzindo a necessidade de reaplicações frequentes;
- correta armazenagem e manuseio dos materiais, evitando desperdícios e prevenindo riscos de contaminação ambiental;
- destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- observância, por parte do fornecedor, das normas de licenciamento ambiental, controle de qualidade e segurança na produção dos materiais.

Dessa forma, entende-se que os eventuais impactos ambientais decorrentes da contratação são mínimos e plenamente mitigáveis, desde que observadas as boas práticas de uso, armazenamento e descarte dos materiais, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária aplicável.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

(Art. 18, §1º, XIII da Lei nº 14.133/2021)

Com base nos estudos técnicos realizados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta para atendimento da demanda de recomposição e manutenção da sinalização viária horizontal no Município de Ji-Paraná/RO é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e operacionalmente adequada à realidade da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT.

A alternativa escolhida, consistente na aquisição de tintas viárias acrílicas e microesferas de vidro refletivas do tipo Drop On Tipo II-A, com execução dos serviços pela equipe própria da Autarquia, demonstrou-se a mais adequada dentre as opções analisadas, considerando a disponibilidade de equipe técnica capacitada, equipamentos apropriados e capacidade operacional já existente na AMT.

Do ponto de vista técnico, os materiais definidos atendem às normas da ABNT e às diretrizes do CONTRAN, garantindo desempenho adequado, durabilidade e segurança na sinalização horizontal, essenciais à organização do tráfego e à prevenção de acidentes.

Sob a perspectiva econômica, a solução apresenta maior vantajosidade para a Administração Pública, uma vez que reduz significativamente os custos com terceirização de serviços, permitindo melhor aproveitamento da estrutura administrativa já existente e maior controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

No aspecto operacional, a adoção de fornecimento parcelado dos materiais, aliado à execução direta pela equipe da Autarquia, assegura maior flexibilidade na gestão das intervenções, possibilitando atendimento contínuo das demandas decorrentes das obras de infraestrutura urbana em andamento no município.

Além disso, os estudos realizados, incluindo levantamento de mercado, estimativas de quantitativos com base em memória de cálculo e análise de alternativas, demonstram que a solução adotada é suficiente para atender plenamente à necessidade identificada, sem prejuízo à qualidade, à segurança viária e à eficiência da sinalização horizontal.

Dessa forma, declara-se a viabilidade da contratação, considerando que a solução escolhida atende ao interesse público, observa os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade, e está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, sendo recomendada a continuidade do processo de contratação para aquisição dos materiais propostos.

Ji-Paraná-RO, 10 de junho de 2026.

## RESPONSÁVEIS

Elaborado por:

*[Assinado eletronicamente]*

**Helio Costa Carvalho**

Agente de Trânsito

Mat.229

Aprovado por:

**ANEXO 1**

LISTA COM LEVANTAMENTO DE VIAS E DISTÂNCIAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA.

Via	Trecho	Distância
K-5	T-4 até T-23	2,1 km
T-23	K-5 até Avenida Aracaju	1,5 km
T-20	Linha 94 até Avenida Brasil	2,7 km
Avenida 22 de Novembro	Avenida Transcontinental até Hospital Municipal	1,1 km
Avenida 6 de Maio	Avenida Transcontinental até Avenida 2 de Abril	1,6 km
Avenida Clovis Arraes	Avenida Transcontinental até Ponte Urupá	1,3 km
Avenida Ji-Paraná	Extensão total no bairro Urupá	1,8 km
Avenida Menezes Filho	Avenida Transcontinental até Avenida Marechal Rondon	1,6 km
Avenida 2 de Abril	Rua Monte Castelo até Avenida Clovis Arraes	1,4 km
Avenida Transcontinental	Anel viário (Ford até Chácara Bernardo)	13,5 km

**Observação:**

- (1) Extensão Total das Vias Medidas: 28,6 km
- (2) As novas vias que forem contempladas com malha asfáltica durante o ano de 2026 dependerão da liberação pela SEMOSP para sinalização da AMT.

**ANEXO 2**

ANÁLISE DE RISCOS

Durante a execução da contratação para aquisição de materiais destinados à sinalização viária horizontal do Município de Ji-Paraná, podem ocorrer alguns riscos que comprometem a eficiência do processo ou a qualidade da execução. A seguir, listam-se os principais riscos identificados, juntamente com as medidas preventivas e mitigadoras:

Risco Identificado	Descrição	Medidas Preventivas e Mitigadoras
Fornecimento de materiais fora da especificação	Risco de entrega de tintas e insumos que não atendam às normas técnicas exigidas, comprometendo a durabilidade e a visibilidade da sinalização.	Incluir exigências técnicas claras no Termo de Referência; exigir apresentação de ficha técnica, laudos laboratoriais e certificações; realizar amostra e conferência no ato do recebimento.
Atraso na entrega dos materiais	Pode comprometer o cronograma da sinalização, principalmente em áreas críticas com alto fluxo de veículos.	Estabelecer prazos realistas no edital/contrato e aplicar penalidades em caso de descumprimento;

		acompanhar de forma contínua o andamento da entrega.
Estimativa de consumo inadequada	Pode gerar compras em excesso ou insuficientes, resultando em desperdício ou paralisação da aplicação.	Realizar levantamento técnico rigoroso com base na extensão viária a ser sinalizada; revisar os quantitativos com apoio técnico da equipe da Secretaria de Obras.
Inexecução parcial da aplicação pela equipe própria	Possibilidade de indisponibilidade de servidores ou de equipamentos no momento da aplicação.	Realizar planejamento interno prévio com cronograma de execução e garantir a disponibilidade dos recursos humanos e materiais necessários.
Variação de preços no mercado	Oscilações de preços entre a estimativa e a efetivação da contratação podem impactar a execução.	Realizar pesquisa de mercado atualizada e, se necessário, adotar o uso de sistema de registro de preços ou cláusula de reajuste, conforme aplicável.

A identificação e o tratamento prévio desses riscos visam garantir que a contratação atenda plenamente ao interesse público, promovendo a efetividade da política de segurança viária no município.

Ji-Paraná-RO, 10 de junho de 2026.

Elaborado por:

[Assinado eletronicamente]  
**Helio Costa Carvalho**  
Agente de Trânsito  
Mat.229

Aprovado por:

[Assinado eletronicamente]  
**Oribe Alves Junior**  
Presidente da AMT  
Dec. nº. 352/GAB/PMJP/2025

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂSITO E TRANSPORTE DE JI-PARANÁ AMT

Av. Ji-Paraná,615 Bairro Urupá CEP 76.900-261 Ji- Paraná/RO Tel.3423-6441 ou 3424-5495



Documento assinado eletronicamente por **HELIO COSTA CARVALHO, AGENTE DE TRÂNSITO**, em 11/06/2026 às 08:48, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **ORIBE ALVES JUNIOR, PRESIDENTE - AMT**, em 11/06/2026 às 09:05, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2753291** e o código verificador **5A1ABDE7**.

Referência: [Processo nº 1-7248/2026](#).

Docto ID: 2753291 v1

**ANEXO II – CARTA PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90068/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-7248/2026 – AMT**

**OBJETO:** Aquisição de tintas viárias à base de resina acrílica emulsionada em água, nas cores branca, amarela, azul, preta e vermelha, bem como de microesferas de vidro do tipo Drop On, destinadas à execução e manutenção da sinalização viária horizontal nas vias urbanas do Município de Ji-Paraná/RO, a ser realizada pela equipe própria da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte AMT.

**Ao (À)**

**PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO - PMJP/RO**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V.UNT ESTIMADO	V.TOTAL ESTIMADO
<b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
1.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR BRANCA LATA 18 LITROS SENDO: A utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Adesão ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano Liberação do tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade, Ótima resistência à abrasão e cor Rendimento: aproximadamente 35m <sup>2</sup> , em 2 demãos Pavimento betuminoso e concreto; Acabamento fosco; Diluição de 10 a 30%.	LAT	750	443,33	332.497,50
<b>COTA DE 25% DO ITEM 01 – DESTINADAS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS</b>					
2.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR BRANCA LATA 18 LITROS SENDO: A utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Adesão ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano Liberação do tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade, Ótima resistência à abrasão e cor Rendimento: aproximadamente 35m <sup>2</sup> , em 2 demãos Pavimento betuminoso e concreto; Acabamento fosco; Diluição de 10 a 30%.	LAT	250	443,33	110.832,50
<b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					

3.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR AMARELA – LATA 18 L ITROS SENDO: A utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Aderência ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano; Liberação do tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade; Ótima resistência á abrasão e cor; Rendimento: aproximadamente 35m2, em 2 demão Embalagem balde metálico 18L; Pavimento betuminoso e concreto, Acabamento fosco Diluição de 10 a 30%	LAT	150	425,87	63.880,50
<b>COTA DE 25% DO ITEM 03 – DESTINADAS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS</b>					
4.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR AMARELA – LATA 18 L ITROS SENDO: A utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Aderência ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano; Liberação do tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade; Ótima resistência á abrasão e cor; Rendimento: aproximadamente 35m2, em 2 demão Embalagem balde metálico 18L; Pavimento betuminoso e concreto, Acabamento fosco Diluição de 10 a 30%	LAT	50	425,87	21.293,50
<b>ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP E EQUIPARADAS.</b>					
5.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR AZUL – LATA 18 LITRO S SENDO: A utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Aderência ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano; Liberação do tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade; Ótima resistência á abrasão e cor; Rendimento: aproximadamente 35m2, em 2 demão Embalagem balde metálico 18L; Pavimento betuminoso e concreto; Acabamento fosco	LAT	100	439,06	43.906,00
6.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR VERMELHA - LATA DE 18 LITROS: TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR VERMELHA - LATA DE 18 LITROS Utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Aderência ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano; Liberação do	LAT	100	428,73	42.873,00

	tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade; Ótima resistência á abrasão e cor; Rendimento: aproximadamente 35m2, em 2 demão Embalagem balde metálico 18L; Pavimento betuminoso e concreto; Diluição de 10 a 30% Acabamento fosco.				
<b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
7.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR PRETA - LATA DE 18 L ITROS: Utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Aderência ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano; Liberação do tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade; Ótima resistência á abrasão e cor; Rendimento: aproximadamente 35m2, em 2 demão Embalagem balde metálico 18L; Pavimento betuminoso e concreto; Diluição de 10 a 30% Acabamento fosco	LAT	150	411,97	61.795,50
<b>COTA DE 25% DO ITEM 07 – DESTINADAS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS</b>					
8.	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA NA COR PRETA - LATA DE 18 L ITROS: Utilização do material proposto tinta padrão ABNT NBR 11.862, produto formulado a base de resina acrílica para demarcação viária horizontal, em combinação com pigmentos e cargas minerais. Atende normas ABNT 11.862 Forte Aderência ao pavimento Durabilidade mínima de 01 ano; Liberação do tráfego em 30 minutos no local da pintura; Ótima flexibilidade; Ótima resistência á abrasão e cor; Rendimento: aproximadamente 35m2, em 2 demão Embalagem balde metálico 18L; Pavimento betuminoso e concreto; Diluição de 10 a 30% Acabamento fosco	LAT	50	411,97	20.598,50
<b>ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP E EQUIPARADAS.</b>					
9.	MICROESFERA DE VIDRO "DROP ON" - TIPO II-A: As microesferas deverão atender a NBR 16.184:2013 – Sinalização horizontal viária - Esferas e microesferas de vidro - Requisitos e métodos de ensaio; possuir rendimento aproximado de 400 a 500 g/m²; utilizando a unidade de acondicionamento em sacos de 25kg para o fornecimento.	KG	2500	12,22	30.550,00
<b>VALOR TOTAL:.....(Setecentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e sete reais)</b>					<b>728.227,00</b>

- Os itens 1, 3 e 7 será destinado a **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Os itens 2, 4 e 8 são **COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.
- Os itens 5, 6 e 9 são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**.

• Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT, prevalecerão às do **ANEXO II** deste Edital.

• Os licitantes, no que couber, devem apresentar **FOLDERS/CATÁLOGO DOS PRODUTOS OFERTADOS** para adequada análise técnica do setor requisitante.

• Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **MARCA/MODELO/FABRICAÇÃO**.

**Local/ Entrega/Execução/Pagamento:** Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

**Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

**Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

**Dados para contato/correspondência:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Dados para pagamentos:**

Conta Corrente n.º .....

Agência n.º.....

Banco.....

**DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA**

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

**ANEXO III**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
  - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

**2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

**3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)**

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.
  - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
  - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

#### **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**4.4. Apresentação de fichas técnicas dos produtos ofertados;**

**4.5. Comprovação de atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.**

#### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**5.1.** Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado, atestando que:

##### **ANEXO III – A MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo e em caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br);
- h) No caso de empresas em recuperação judicial, está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

**Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

**ANEXO IV**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**Processo Administrativo nº.....**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO  
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A  
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... sediado(a) na ..... em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDAD E DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDA DE</b>	<b>VALOR UNITÁRI O</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>1</b>					
<b>2</b>					
<b>3</b>					
<b>...</b>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do (a) ....., na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

2.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

2.3. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

2.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

2.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice .....**(conforme descrito no ANEXO I – Termo de Referência)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

2.12. São obrigações do Contratante:

- 2.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 2.14. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 2.15. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 2.16. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 2.17. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 2.18. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 2.19. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 2.20. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 2.21. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 2.22. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 2.23. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 2.24. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 2.25. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 2.26. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 2.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 2.28. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 2.29. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 2.30. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 2.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 2.32. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 2.33. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 2.34. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 2.35. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 2.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 2.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 2.38. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 2.39. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 2.40. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.41. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 2.42. Não haverá exigência de garantia contratual ou a exigência de garantia contratual da execução será a ..... (conforme descrito no Termo de Referência).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 2.43. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 2.44. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - IV. **Multa:**

1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
  4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
  6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 2.45. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 2.45.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 2.45.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 2.45.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 2.45.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 2.46. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 2.47. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 2.48. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 2.49. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 2.50. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.51. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

2.52. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

2.53. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

2.54. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.54.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

2.55. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2.55.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

2.55.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

2.55.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

2.56. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 2.56.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2.56.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 2.56.3. Indenizações e multas.

2.57. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.58. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

2.59. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

2.59.1. Fonte de Recursos:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

2.60. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

2.61. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.62. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.63. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.64. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

2.65. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

2.66. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

*Prefeito do Município de Ji-Paraná*

---

*Secretário/Presidente*

---

*Representante legal do Contratado*

---

*Procurador Geral do Município*

### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-